

## LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (CBHs) DO ESTADO DE SÃO PAULO

Miriã Camargo Felício<sup>1</sup>  
Manuel Enrique Gamero<sup>2</sup>  
Renan Felício dos Reis<sup>3</sup>

### Recursos hídricos e Qualidade da Água

#### *Resumo*

A estrutura institucional dos comitês de bacias hidrográficas (CBHs) deve ser formada por câmaras técnicas (CTs) de caráter consultivo, para o tratamento de questões específicas de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos. Esses organismos podem apresentar nomenclaturas, estruturas e atuações heterogêneas, gerando conflitos institucionais que prejudicam o desempenho dos comitês de bacias. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é realizar um levantamento e avaliação das CTs que compõem os CBHs do estado de São Paulo e analisar a formação desses grupos, bem como as principais discussões abordadas. Para o levantamento e análise crítica das câmaras técnicas foram levantados os últimos relatórios de situação (versão simplificada) emitidos pelas 22 UGRHIs e realizada uma pesquisa bibliográfica. O contexto apresentado indicou uma nomenclatura, atuação e estrutura heterogênea das câmaras técnicas dos CBHs, de maneira que se torna necessária a adoção de medidas que permitam um fortalecimento desses ambientes quanto: 1) à adoção de uma nomenclatura padronizada das CTs; 2) à definição de um plano de ação estruturado com a previsão mensal de reuniões; 3) à definição de quantidade mínima de CTs que abordem questões comuns e básicas aos CBHs; 4) à inserção de uma CT específica para resolução de conflitos; e 5) aos mecanismos de divulgação e comunicação para maior acessibilidade a informações técnicas. Assim, observa-se a necessidade de intensificar as ações de integração e comunicação para o fortalecimento e estruturação das câmaras técnicas.

Palavras-chave: Câmaras técnicas; Recursos hídricos; Relatório de situação

<sup>1</sup> Doutoranda do programa de Ciências Ambientais da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP Câmpus Sorocaba, [miria.camargo@ifsp.edu.br](mailto:miria.camargo@ifsp.edu.br)

<sup>2</sup> Prof. Dr. da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP Câmpus Sorocaba – Ciências Ambientais, [enrique.gamero@unesp.br](mailto:enrique.gamero@unesp.br).

<sup>3</sup> Prof. Dr. do Instituto Federal de São Paulo – IFSP Câmpus São Roque – Tecnologia em Gestão Ambiental, [renan.felicio@ifsp.edu.br](mailto:renan.felicio@ifsp.edu.br).

## INTRODUÇÃO

Os comitês de bacias hidrográficas (CBHs) como órgãos colegiados, consultivos e deliberativos, garantem três características fundamentais previstas na política estadual (SP) de recursos hídricos (PERH) pela Lei 7663/91: descentralização, participação e integração. Esses organismos estão inseridos nas unidades de gerenciamento de recursos hídricos (UGRHs) e são responsáveis por garantir qualidade e quantidade de água de acordo com as necessidades de seus usuários.

Segundo a PERH, os CBHs podem criar câmaras técnicas (CTs), de caráter consultivo, para o tratamento de questões específicas de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos. O plano (PERH 2016-2019) define CTs como fóruns de discussões e debates sobre as questões técnicas pertinentes ao gerenciamento dos recursos hídricos, resultando em emissão de pareceres para o embasamento das deliberações que norteiam a gestão (SÃO PAULO, 2017).

Araújo, Ribeiro e Vieira (2012) apresentam uma análise dos conflitos institucionais na gestão de recursos hídricos no estado da Paraíba. Entre os conflitos levantados, os autores destacam a ausência de atuação de algumas CTs, indicando forte heterogeneidade entre os organismos consultivos.

O objetivo deste presente trabalho foi realizar um levantamento e avaliação das CTs que compõem os CBHs do estado de São Paulo e analisar a formação desses grupos.

## METODOLOGIA

Para o levantamento e avaliação crítica das CTs dos CBHs do estado de São Paulo foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica. Foram levantados os últimos relatórios de situação (versão simplificada) emitidos pelas 22 UGRHs e selecionadas apenas as UGRHs estaduais, sendo excluída a UGRHs 2. A maioria dos documentos analisados são datados de 2019 – ano base 2018. Porém, os dados coletados referentes às UGRHs 13, 17 e 20/21 foram retirados do relatório ano 2018 e os dados coletados referentes às UGRHs 12 e 16 foram retirados do relatório ano 2016, uma vez que os relatórios do ano 2019 não foram disponibilizados no *site* oficial do portal do sistema

integrado de gerenciamento de recursos hídricos do estado de São Paulo. Para avaliação crítica, foram definidas três categorias de análise: (1) nomenclatura, (2) atuação e (3) estrutura das câmaras técnicas. Para nomenclatura, avaliou-se as variações dos nomes de cada CT que se enquadravam numa mesma categoria temática. A atuação e a estrutura foram verificadas pelo quantitativo de reuniões oferecidas e número de CTs do CBH, respectivamente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As CTs que formam os CBHs do estado de São Paulo foram inseridas na Tabela 1.

Tabela 1. Câmaras técnicas (CTs) dos comitês de bacias do estado de São Paulo

CBH	Câmaras técnicas (CT)	Nº de reuniões	CBH	Câmaras técnicas (CT)	Nº de reuniões	
UGRHI-1 <b>SM – Serra da Mantiqueira</b>	Planejamento e Assuntos Institucionais (CT-PAI)	7	UGRHI-11 <b>RB – Ribeira de Iguape e Litoral Sul</b>	Planejamento e Gestão (CT-PG)	-	
	Cobrança, outorga e uso de água (CT-COUA)	6		Saneamento (CT-S)	-	
	Turismo e Educação Ambiental (CT-TEAM)	12		Educação Ambiental (CT-EA)	-	
	Saneamento (CT-SAN)	9		Área Prot. e Recup. Mananc. Alto Juquiá e São Lourenço (CT-APRM/AJ-SL)	-	
UGRHI-3 <b>LN – Litoral Norte</b>	Planejamento e Assuntos institucionais (CT-PAI)	10	UGRHI-12 <b>BPG – Baixo Pardo Grande</b>	Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI)	5	
	Agroecologia e Sistemas Agroflorestais	0		Educação Ambiental (CT-EA)	5	
	Saneamento (CT-SAN)	9	UGRHI-13 <b>TJ – Tietê-Jacaré</b>	Água Subterrânea (CT-AS)	2	
	Educação Ambiental (CT-EA)	8		Educação Ambiental (CT-EA)	3	
UGRHI-4 <b>PARDO – Pardo</b>	Saneamento e Águas Subterrâneas (CT-SAN/AS)	8	UGRHI-14 <b>ALPA – Alto Paranapanema</b>	Planejamento e Gestão (CT-PG)	3	
	Outorgas e Licenças, Institucional e Legal (CT-OL/IL)	3		Recursos Naturais (CT-RN)	3	
	Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PGRH)	4		Saneamento (CT-SAN)	2	
	Agenda 21 e Educação Ambiental (CT-AEA)	6		Saneamento e Águas Subterrâneas (CT-SAS)	5	
	Assuntos Institucionais (CT-AI)	-		Assuntos Institucionais (CT-AI)	4	
UGRHI-5 <b>PCJ – Piracicaba, Jundiá e Capivari</b>	Águas Subterrâneas (CT-AS)	-	UGRHI-15 <b>TG – Turvo Grande</b>	Planejamento, Gerenciamento e Avaliação (CT-PGA)	6	
	Educação Ambiental (CT-EA)	-		Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social (CT-EACMS)	5	
	Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID)	-		Águas Subterrâneas e Usos Múltiplos (CT-AS/UM)	-	
	Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria)	-		Saneamento (CT-SAN)	-	
	Monitoramento Hidrológico (CT-MH)	-		Planej. e Geren. de Rec. Hídricos / Assuntos Institucionais (CT-PLAGRHI/AI)	6	
	Outorgas e Licenças (CT-OL)	-		Educação Ambiental (CT-EA)	-	
	Plano de Bacias (CT-PB)	-		UGRHI-16 <b>TB – Tietê-Batalha</b>	Planejamento e Avaliação (CT-PA)	-
	Planejamento (CT-PL)	-			Saneamento (CT-SA)	-
	Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN)	-			Desenvolvimento do Turismo e da Educação Ambiental (CT-TE)	-
	Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural)	-			Planejamento, Avaliação e Saneamento (CT-PAS)	-
Saneamento (CT-SA)	-	UGRHI-17 <b>MP – Médio Paranapa-</b>	Educação Ambiental (CTEM)	-		
Saúde Ambiental (CT-SAM)	-					

			<b>nema</b>		
UGRHI-06 <b>AT – Alto Tietê</b>	Educação Ambiental (CT-EA)	7	UGRHI-18 <b>SJD – São José dos Dourados</b>	Planejamento e Avaliação (CT-PLA)	-
	Gestão de Investimentos (CT-GI)	7		Saneamento (CT-SAN)	-
	Monitoramento Hidrológico (CT-MH)	3		Educação Ambiental (CTEA)	-
	Planejamento e Articulação (CT-PA)	6		Gerenc. pelo Uso e Conservação dos Rec. Hídricos no Meio Rural (CT-RURAL)	-
UGRHI-07 <b>BS – Baixada Santista</b>	Planejamento e Gerenciamento (CT-PG)	10	UGRHI-19 <b>BT – Baixo Tietê</b>	Assuntos Institucionais (CT-AL)	-
	Saneamento e Usos Múltiplos (CT-SUM)	1		Desenvolvimento Sustentável (CT-DS)	-
	Educação Ambiental e Divulgação (CT-EAD)	4		Outorgas e Licenças (CT-OL)	-
UGRHI-8 <b>SMG – Sapucaí-Mirim/Grande</b>	Águas Subterrâneas (CT-AS)	0		Planejamento e Avaliação (CT-PA)	-
	Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI)	5		Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN)	-
	Educação Ambiental (CT-EA)	4		Saneamento (CT-SAN)	-
	Outorgas e Licenças (CT-OL)	0		Turismo e Educação Ambiental (CT-TEA)	-
UGRHI-9 <b>MOGI – Mogi Guaçu</b>	Gestão e Planejamento (CT-GP)	-	UGRHI-20 e 21 <b>AP – Aguapeí e Peixe</b>	Educ. Amb., Capacitação, Mobilização Social e Inform. Rec. Hídr. (CTEM)	-
	Institucional (CT-I)	-		Planejamento e Avaliação (CT-PA)	-
UGRHI-10 <b>SMT – Sorocaba/Médio Tietê</b>	Eventos e Educação Ambiental (CT-EEA)	5	UGRHI-22 <b>PP – Pontal do Paranapanema</b>	Assuntos Institucionais (CT-AI)	-
	Proteção das Águas (CT-PA)	3		Planejamento Avaliação e Saneamento (CT-PAS)	6
	Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI)	13		Educação Ambiental (CT-EA)	4
	Saneamento (CT-SAN)	5		Assunto Institucionais (CT-AI)	5

No total, o estado de São Paulo conta com 82 câmaras técnicas com terminologias variadas. As CTs que se enquadram numa mesma categoria temática nos CBHs são as de planejamento, educação ambiental e saneamento, representando 20, 19 e 10 CTs, respectivamente. A padronização da nomenclatura das CTs é um fator importante que pode facilitar a integração e a comunicação entre esses organismos nos diferentes CBHs.

A Figura 1 mostra que predominam os CBHs com quatro câmaras técnicas, representando 50% dos comitês numa mesma categoria. O comitê da UGRHI 5 foi criado em 1993, sendo o primeiro do estado de São Paulo, o que garantiu uma estrutura bem consolidada ao longo dos anos. Segundo São Paulo (2019), o conselho estadual de recursos hídricos (CRH) é composto por sete CTs.

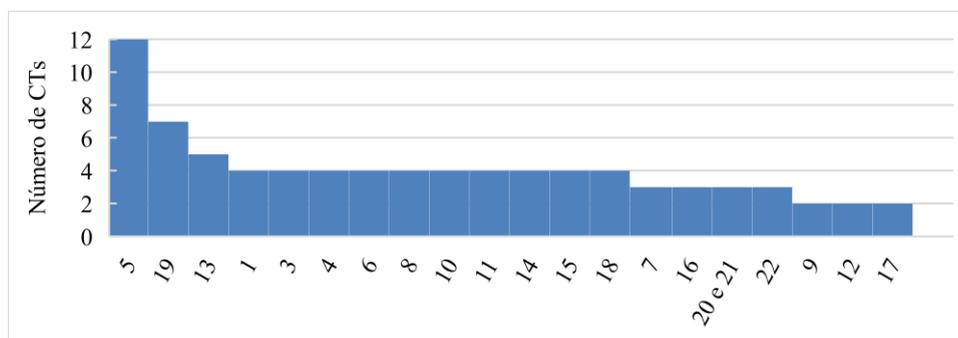


Figura 1. Quantidade de câmaras técnicas dos CBHs/UGRHI.

Um elemento que merece destaque diz respeito ao número reduzido de CTs em três

CBHs. A UGRHI-9, por exemplo, adotou um procedimento de redução de suas CTs a partir de 2013. A justificativa apresentada em seu relatório de situação apontou a eliminação de temas que foram solucionados e a equipe reduzida de coordenação da secretaria executiva, como elementos motivadores para a definição da quantidade de CTs.

A análise do número de reuniões das CTs permite observar que três delas não se reuniram no ano analisado, sendo as CTs de: agroecologia e sistemas agroflorestais; águas subterrâneas; e outorgas e licenças. Em contrapartida, outras CTs se destacam positivamente, podendo ser citada a PLAGRHI.

Araújo, Ribeiro e Vieira (2012) destacam sobre a necessidade de uma CT de resolução de conflitos ou da definição de procedimentos para a arbitragem de conflitos nas áreas de atuação dos CBHs. O estado de São Paulo vive neste contexto de conflitos e disputas pelo uso da água. No CRH do estado de São Paulo, a CT de gestão de usos múltiplos de recursos hídricos apresenta como uma de suas competências, propor procedimentos e ações conjuntas, para solução de conflitos, relativos aos usos múltiplos dos recursos hídricos, porém, no âmbito dos CBHs, não há nenhuma CT direcionada especificamente para esta temática, sendo de fundamental importância pela evolução dos conflitos no estado.

O contexto apresentado indica uma nomenclatura, atuação e estrutura heterogênea das CTs dos CBHs, de maneira que se torna necessária a adoção de medidas que permitam um fortalecimento desses ambientes quanto: 1) à adoção de uma nomenclatura padronizada das CTs; 2) à definição de um plano de ação estruturado com a previsão mensal de reuniões; 3) à definição de quantidade mínima de CTs que abordem questões comuns e básicas aos CBHs; 4) à inserção de uma CT específica para resolução de conflitos; 5) aos mecanismos de divulgação e comunicação para maior acessibilidade a informações técnicas.

## CONCLUSÕES

Nota-se a necessidade de intensificar as ações de integração e comunicação para o fortalecimento e estruturação das CTs, bem como a elaboração de um plano de trabalho a fim de dirimir a heterogeneidade de atuação entre os organismos consultivos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, D.C.; RIBEIRO, M.M.R.; VIEIRA, Z.M.C.L. Conflitos institucionais na gestão dos recursos hídricos do estado da Paraíba. Revista Brasileira de Recursos Hídricos – RBRH. Volume 17, n.4, 259-271, 2012.
- COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA SERRA DA MANTIQUEIRA - CBH-SM. Relatório de situação dos recursos hídricos 2019 – Ano base 2018. Campos do Jordão, 2019.
- COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE – CBH-LN. Relatório de situação dos recursos hídricos do litoral norte 2019 – Ano base 2018. Ubatuba, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARDO – CBH-PARDO. Relatório de situação dos recursos hídricos do pardo 2019 – Ano base 2018. Ribeirão Preto, 2019.
- COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ – CBH-PCJ. Relatório de situação dos recursos hídricos 2019 – Ano base 2018. Piracicaba, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ – CBH-AT. Relatório de situação dos recursos hídricos 2019 – Ano base 2018. Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABHAT), 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA – CBH-BS. Relatório de situação dos recursos hídricos da baixada santista 2019 – Ano base 2018. DAEE, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SAPUCAÍ MIRIM/GRANDE – CBH-SMG. Relatório de situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Sapucaí mirim/grande 2019 – Ano base 2018. Franca, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MOGI GUAÇU – CBH-MOGI. Relatório de situação dos recursos hídricos 2019 – Ano base 2018. DAEE, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA SOROCABA MÉDIO-TIETÊ – CBH-SMT. Relatório de situação dos recursos hídricos 2019 – Ano base 2018. DAEE, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL – CBH-RB. Relatório de situação dos recursos hídricos 2019 – Ano base 2018. DAEE, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARDO/GRANDE – CBH-BPG. Relatório de situação dos recursos hídricos 2016 – Ano base 2015. DAEE, 2016.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TIETÊ-JACARÉ – CBH-TJ. Relatório de situação dos recursos hídricos 2018 – Ano base 2017. DAEE, 2018.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA ALTO PARANAPANEMA – CBH-ALPA. Relatório de situação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas do estado de São Paulo 2019 – Ano base 2018. Piraju, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO/GRANDE – CBH-TG. Relatório de situação dos recursos hídricos 2019 – Ano base 2018. São José do Rio Preto, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TIETÊ-BATALHA – CBH-TB. Relatório de situação dos recursos hídricos 2016 – Ano base 2015. DAEE, 2016.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA – CBH-MP. Relatório de situação dos recursos hídricos 2018 – Ano base 2017. DAEE, 2018.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS – CBH-SJD. Relatório de situação dos recursos hídricos 2019 – Ano base 2018. São José do Rio Preto, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO TIETÊ – CBH-BT. Relatório de situação dos recursos hídricos 2019 – Ano base 2018. Birigui, 2019.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS AGUAPEÍ E PEIXE – CBH-AP. Relatório de situação dos recursos hídricos 2018 – Ano base 2017. Marília, 2018.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA – CBH-PP. Relatório de situação dos recursos hídricos do pontal do paranapanema 2019 – Ano base 2018.

DAEE, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Situação dos recursos hídricos no estado de São Paulo 2017. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos. PERH 2016-2019. São Paulo: CRH/CORHI, 2019.